

20/06/2017 17:31 - Supremo adia decisão sobre prisão do senador afastado Aécio Neves



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio decidiu hoje (20) adiar o julgamento sobre o pedido de prisão preventiva feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG).

A decisão foi tomada pelo ministro, que é relator do processo, para decidir primeiro sobre um recurso protocolado nesta manhã pela defesa de Aécio Neves, que pretende ser julgado pelo plenário da Corte. Ainda não há data para a retomada do julgamento.

Na semana passada, a PGR reforçou o pedido de prisão e alegou que Aécio Neves não está cumprindo a medida cautelar de afastamento. Ao reiterar o pedido, Janot citou uma postagem do senador afastado, em sua

página no Facebook, no dia 30 de maio, em que ele aparece em uma foto acompanhado dos senadores Tasso Jereissati (CE), Antonio Anastasia (MG), Cássio Cunha Lima (PB) e José Serra (SP), colegas de partido. “Na pauta, votações no Congresso e a agenda política”, diz a legenda da foto.

Em nota, a assessoria de Aécio Neves informou que o senador afastado tem cumprido integralmente a decisão do ministro Edson Fachin e se mantém afastado das atividades parlamentares. “Entre as cautelares determinadas não consta o impedimento de receber visitas e discutir como cidadão, e não como parlamentar, assuntos diversos”, diz o texto.

Fora da prisão

A Primeira Turma do STF determinou soltura da irmã e do primo do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG), presos desde o mês passado em Belo Horizonte. Frederico Pacheco e Andreia Neves são investigados no Supremo a partir das delações da JBS. Com a decisão, ambos passam a cumprir prisão domiciliar.

Mantendo o mesmo entendimento do julgamento anterior, a maioria dos ministros entendeu que a prisão pode ser substituída por medidas cautelares, como entrega de passaporte e recolhimento domiciliar.

Ex-assessor do senador Zezé Perrella

Por 3 votos a 2, a Primeira Turma decidiu também mandar soltar Mendherson Souza Lima, ex-assessor do senador Zezé Perrella (PMDB-MG), acusado de intermediar o recebimento de propina enviada pelo empresário Joesley Batista, da JBS. Ele está preso há um mês em Belo Horizonte.

Mendherson, um dos presos na Operação Patmos, deflagrada no mês passado, admitiu à Polícia Federal (PF) que escondeu R\$ 480 mil na casa da sogra após a divulgação das primeiras notícias sobre a delação premiada da JBS.

Na votação, o relator ministro Marco Aurélio e o ministro Alexandre de Moraes votaram pela soltura de Mendherson. O relator entendeu que o investigado pode aguardar o andamento do processo em liberdade porque já foi denunciado pelas acusações e não tem antecedentes criminais. Moraes seguiu o relator e entendeu que a prisão não pode continuar com base no processo, que já terminou com a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

O ministro Luís Roberto Barroso abriu a divergência e entendeu que Mendherson deve continuar preso. Para o ministro, todo o procedimento de corrupção foi gravado e “tudo mundo viu”. Além disso, não há dúvida de que o acusado participou dos atos de recebimento, segundo Barroso. A ministra Rosa Weber seguiu Barroso.

O voto de desempate foi proferido pelo ministro Luiz Fux, que substituiu a prisão por medidas cautelares.

Fonte: Redação

Notícias RO